

## Introdução

Cara(o) cursista,

Esta unidade que abre o Módulo III do nosso curso tem como tema as “Regras e Diretrizes das Nações Unidas em matéria de adolescentes em conflito com a lei”.

Nesta unidade, você poderá: Relacionar a construção do SINASE com as regras e diretrizes da Organização das Nações Unidas sobre adolescentes em conflito com a lei.

É importante compreender como estas regras e diretrizes foram construídas e assimiladas pelo Brasil, e a sua influência na atuação dos operadores do SINASE para a garantia dos direitos humanos das/os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## Regras e Diretrizes das Nações Unidas sobre adolescentes em conflito com a lei

A proteção à população infanto-adolescente está amparada não somente em normas nacionais, mas num significativo conjunto de documentos internacionais.

A normativa internacional é importante para assegurar às medidas socioeducativas uma implantação orientada pelo respeito aos direitos humanos de crianças e adolescentes. Isso vale para as medidas que serão cumpridas tanto em meio aberto, quanto em meio fechado.

No plano internacional, há um conjunto normativo composto por regras e diretrizes voltadas especialmente à proteção das crianças e adolescentes em conflito com a lei. Nesse caso, vale destacar aquelas criadas no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU): as “Regras de Beijing”, as Regras das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade, as “Diretrizes de Riad”, bem como as regras previstas na Convenção sobre os Direitos da Criança.

Tais documentos também compõem a “Doutrina das Nações Unidas para a proteção dos direitos da infância”, conhecida como Doutrina da Proteção Integral, e orientam o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Além desses instrumentos específicos para crianças e adolescentes que cometem um ato infracional, tem-se, ainda no âmbito da ONU, o Conjunto de Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer Forma de Detenção ou Prisão e as “Regras de Tóquio”.

A seguir, observaremos cada um dos instrumentos da ONU citados acima.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDN). Uso permitido com citação obrigatória da fonte

## Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança

Inicialmente, devemos destacar a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 (CDC) na administração da justiça juvenil, pois esta prevê uma série de medidas que devem ser adotadas para proteger os direitos da criança e do adolescente e busca, ainda, evitar que estes entrem em conflito com a lei.

Tal Convenção estabelece que os Estados-Partes devem adotar medidas que combatam a violência, a negligência e a exploração de crianças e adolescentes (artigos 34 a 36).

No que diz respeito às crianças e adolescentes que cometem ato infracional, a CDC traz regras específicas, como é o caso das disposições previstas nos seus artigos 37 e 40: a proibição de tortura ou outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; a excepcionalidade da medida de privação de liberdade; o respeito ao princípio da presunção de inocência, ao princípio da legalidade, ao princípio da jurisdicionalidade, ao princípio do contraditório, ao princípio da inviolabilidade da defesa, dentre outros.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## Regras de Beijing

A Organização das Nações Unidas editou as “Regras Mínimas da ONU para Administração da Justiça da Infância e Juventude”, também conhecidas como “Regras de Beijing”, através da Resolução nº 40/33 da Assembleia Geral de 29 de novembro de 1985, as quais têm como objetivo garantir atendimento digno aos jovens que praticaram ato infracional.

As Regras de Beijing tratam de questões como a detenção, a custódia, a investigação, o processo, a sentença e o tratamento institucional e não institucional de adolescentes em conflito com a lei.

Destacam-se como princípios gerais: A promoção de medidas concretas que permitam a mobilização de todos os recursos disponíveis com a inclusão da família, de voluntários e outros grupos da comunidade, fim de promover o bem-estar da criança e do adolescente, reduzindo a necessidade de intervenção legal e tratando de modo efetivo, equitativo e humano a situação de conflito com a lei (Primeira Parte, 1.3). A justiça da infância e da juventude será concebida como parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país e deverá ser administrada no marco geral de justiça social para todos os jovens, de maneira que contribua, ao mesmo tempo, para a sua proteção e para a manutenção da paz e da ordem na sociedade (Primeira Parte, 1.4).

No que se refere ao alcance das regras, tem-se no seu artigo 2.1:

“As regras mínimas uniformes que se enunciam a seguir se aplicarão aos jovens infratores com imparcialidade, sem distinção alguma, por exemplo, de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição.”

Além disso, observam-se os seguintes princípios nas referidas Regras:

- a) Princípio da Legalidade: artigo- 2º, 2.2b;
- b) Princípio do Contraditório: artigo- 7º, 7.1;
- c) Princípio da Jurisdicionalidade: artigo- 14º;
- d) Princípio da Inviolabilidade da Defesa: artigo- 15º, 15.1.

> [Clique aqui](#) para acessar o documento na íntegra.

## Regras Mínimas das Nações Unidas para a proteção dos Jovens Privados de Liberdade

As Regras das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade, editadas em 14 de dezembro de 1990, constituem um instrumento para assegurar que as crianças e adolescentes privados de sua liberdade sejam mantidos em instituições somente quando houver uma grande necessidade dessa medida, considerando a sua condição e com respeito aos seus direitos humanos. Isto pode ser observado em dois de seus parágrafos:

1. Declara que a colocação de um jovem numa instituição deve ser sempre uma decisão de último recurso e pelo mínimo período de tempo necessário;
2. Reconhece que, dada a sua alta vulnerabilidade, os jovens privados de liberdade requerem uma atenção e proteção especiais e que os seus direitos e bem-estar devem ser garantidos durante e depois do período em que estiverem privados de liberdade.

Vale destacar também as Regras 17 e 18 deste instrumento, pois se referem às crianças e adolescentes detidos ou que aguardam julgamento. Elas enfatizam que a detenção preventiva de jovens deve ser evitada ao máximo, e limitada às circunstâncias excepcionais. Quando a detenção preventiva for inevitável, sua duração deve ser limitada ao mínimo possível, através da atribuição da prioridade máxima ao célere andamento desses casos (Regra 17).

Os direitos previstos no artigo 7º das Regras de Beijing (as garantias básicas de procedimentos para assegurar que se respeite o direito das crianças e adolescentes a um julgamento justo) são confirmados na Regra 18 desse conjunto de Regras das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade, que estipula, ainda, o direito dos jovens à oportunidade de executar trabalho remunerado, à possibilidade de continuar estudos ou capacitação, e de receber materiais de entretenimento e de recreação.

> [Clique aqui](#) para acessar o documento na íntegra.

## Diretrizes de Riad

As Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil, também conhecidas como “Diretrizes de Riad”, têm como objetivo central estabelecer regras para que cada Estado Membro possa construir estratégias a prevenção da delinquência juvenil.

Tais diretrizes, publicadas em 14 de dezembro de 1990, através da Resolução nº 45/112, concentram-se na prevenção da delinquência juvenil mediante a participação da sociedade e a adoção de uma abordagem voltada à criança. Elas baseiam-se na crença de que a prevenção da delinquência juvenil é uma parte importante da prevenção do crime na sociedade. Para tanto, o instrumento define o papel da família, da educação, da comunidade e dos meios de comunicação, e, ainda, estabelece o papel e a responsabilidade da política social, da legislação, da administração da justiça juvenil, da pesquisa, desenvolvimento e coordenação de políticas.

Um dos princípios fundamentais das Diretrizes é o que afirma que a conduta do jovem que não condiz com as normas gerais da sociedade deve ser considerada como parte do processo de amadurecimento, que tende a desaparecer espontaneamente com a transição à idade adulta (artigo 4º, “e”).

Dentre os princípios fundamentais, destacam-se, ainda: A prevenção da delinquência juvenil requer, por parte de toda a sociedade, esforços que garantam um desenvolvimento harmônico dos adolescentes e que respeitem e promovam a sua personalidade a partir da primeira infância (artigo 2); É necessário que se reconheça a importância da aplicação de políticas e medidas progressistas de prevenção da delinquência que evitem criminalizar e penalizar a criança, adotando para isso uma conduta que não cause grandes prejuízos ao seu desenvolvimento e que não prejudique os demais (artigo 4).

Sobre os processos de socialização, é importante ressaltar: Deverá ser prestada uma atenção especial às políticas de prevenção que favoreçam a socialização e a integração eficazes de todas as crianças e jovens, particularmente por meio da família, da comunidade, dos grupos de jovens nas mesmas condições, da escola, da formação profissional e do meio trabalhista, como também mediante a ação de organizações voluntárias. Deverá ser respeitado, devidamente, o desenvolvimento pessoal das crianças e dos jovens, que deverão ser aceitos, em pé de igualdade, como co-participantes nos processos de socialização e integração; Os sistemas escolares deverão tratar de promover e alcançar os mais elevados níveis profissionais e educativos no que diz respeito aos programas de estudo, métodos e critérios didáticos e de aprendizagem, contratação e capacitação de pessoal docente. Deverão ocorrer supervisão e avaliação regulares dos resultados, tarefa que se encomendará às organizações e órgãos profissionais competentes.

Quanto à Política Social, está previsto: Os organismos governamentais deverão dar a máxima prioridade aos planos e programas dedicados aos jovens e proporcionar fundos suficientes e recursos de outro tipo para a prestação de serviços eficazes, proporcionando, também, as instalações e a mão de obra para oferecer serviços adequados de assistência médica, saúde mental, nutrição, moradia e os demais serviços necessários, particularmente a prevenção e o tratamento do uso indevido de drogas, além de terem a certeza de que esses recursos chegarão aos jovens e serão realmente utilizados em seu benefício.

Enfim, consta das Diretrizes de Riad o dever de elaborar e implementar planos abrangentes, em todos os níveis de governo, para a prevenção da delinquência juvenil.

> [Clique aqui](#) para acessar o documento na íntegra.

## **Conjunto de Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer Forma de Detenção ou Prisão**

O Conjunto de Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer Forma de Detenção ou Prisão, aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução 43/173, de 9 de dezembro de 1988, prevê que nenhuma pessoa submetida a qualquer forma de detenção ou prisão será submetida a tortura ou a tratos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes". Não poderá ser invocada circunstância alguma como justificação da tortura ou de outros tratos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes", conforme estabelece o princípio 6 desse documento internacional.

> [Clique aqui](#) para acessar o documento na íntegra.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte



## Regras de Tóquio

As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade, também denominadas “Regras de Tóquio”, adotadas pela Assembleia Geral na sua Resolução 45/110, de 14 de dezembro de 1990, constituem um instrumento que contém princípios básicos para promover o uso de medidas não-custodiais, bem como garantias mínimas às pessoas submetidas às medidas substitutivas de prisão (artigo 1.1).

As Regras de Tóquio recomendam que o sistema de justiça penal disponibilize uma ampla variedade de medidas não privativas de liberdade, desde medidas antes do processo (artigos 5º e 6º) até medidas após a sentença, para que haja uma maior flexibilidade que esteja em conformidade com a natureza e a gravidade do delito, com a personalidade e os antecedentes do infrator, com a proteção da sociedade e para evitar o uso desnecessário da prisão.

> [Clique aqui](#) para acessar o documento na íntegra.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte



## Para concluir

Cara(o) cursista,

Nesta Unidade você teve oportunidade de conhecer o conjunto normativo da ONU composto por regras e diretrizes voltadas especialmente à proteção das crianças e adolescentes em conflito com a lei.

Apesar de tais regras não terem a mesma força normativa dos Tratados, pode-se afirmar que elas já se encontram assimiladas pelo ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista o dever ético e moral do Brasil por ser membro da ONU e ter incorporado as regras no seu ordenamento jurídico. É o que se observa na Resolução nº 113, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que tem força normativa administrativa, em seu artigo 4º, inciso III:

“Art. 4º Consideram-se instrumentos normativos de promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, para os efeitos desta Resolução:

(...)

III - Normas internacionais não-convencionais aprovadas como resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas a respeito da matéria”.

Nesse sentido, ao estudar o SINASE você observará que estas normas internacionais orientam todo o seu conteúdo.

> [Clique aqui](#) para acessar a Resolução nº 113 do CONANDA.

Para compreender um pouco mais esse tema, acesse a apresentação da dissertação de Mestrado de Joana Bezerra Cavalcanti (Documentos internacionais voltados para o adolescente em conflito com a lei) através do vídeo: Programa ACADEMIA ([clique aqui para assistir](#)).

Sucesso na aplicação dos conhecimentos adquiridos nesta Unidade!